XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
23 a 27 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DESAFIOS DA JORNADA DE TRABALHO: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Amanda Beatriz da Silva[1], Antônia Luzia de Sousa Pinheiro[2], Evinny Raicca Gregório Correia[3], Francisco Cleiton de Oliveira Lavor[4], Wanessa Emilly Araújo Vitor[5], Fernando Menezes Lima[6]

A garantia de condições dignas de trabalho e o direito fundamental ao descanso configuram pilares indispensáveis para a efetivação dos Direitos Humanos e do fortalecimento do Estado Democrático de Direito. No contexto histórico brasileiro, as relações laborais estruturaram-se sob fortes marcas da herança colonial e do período escravagista, pautadas historicamente pela exploração intensa e pela busca por produtividade econômica, passando por avanços sociais marcantes como a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943 até a promulgação da Constituição de 1988, que consagrou o lazer como direito social fundamental em seu artigo sexto e estabeleceu a limitação da jornada em 44 horas semanais. Contudo, as discussões contemporâneas acerca da legalidade e dos prejuízos da escala 6x1, somadas às propostas de Emenda à Constituição direcionadas à redução da jornada de trabalho sem corte salarial, evidenciam constantes tensões entre as exigências do mercado capitalista, o fenômeno da alienação e a preservação da saúde física e mental das pessoas no ambiente de trabalho. Diante desse cenário relevante, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada em uma ação de extensão universitária voltada à Educação em Direitos Humanos, focando na conscientização acerca da evolução dos direitos trabalhistas, da importância do descanso semanal e da qualidade de vida dos trabalhadores. A iniciativa foi idealizada e direcionada a aproximadamente 140 estudantes matriculados no 3º ano do ensino técnico da Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro. A metodologia adotada pautou-se em uma abordagem dinâmica, dialógica e participativa, combinando rodas de conversa

[1]Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Cariri. Integrante do Grupo de Pesquisa em Criminologias Críticas e Sociologia da Violência - SOCIOCRIM. Estagiária de Direito. Email:amanda.beatriz@urca.br
[2]Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Cariri. Integrante do Grupo de Pesquisa em Criminologias Críticas e Sociologia da Violência - SOCIOCRIM. Integrante do Observatório de Feminicídios do Ceará - URCA. Estagiária de Direito. E-mail: Luzia.pinheiro@urca.br
[3]Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Cariri. E-mail: @evinny.gregorio@urca.br
[4]Graduando em Direito pela Universidade Regional do Cariri. E-mail: cleiton.oliveira@urca.br
[5]Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Cariri. Integrante da Liga Estudantil - LACHRIM. Estagiária de Direito. E-mail: wanessa.araujo@urca.br
[6]Doutor em ciências jurídicas e sociais pela UMSA. Professor Adjunto do curso de Direito da Urca. E-mail: fernando.menezes@urca.br

interativas, aulas expositivas com suporte visual de slides, exibição de vídeos elucidativos e declamação de poesia temática. Como recurso pedagógico exclusivo de autoria da própria equipe extensionista, confeccionou-se e distribuiu-se o 'Jornal do Trabalho', um informativo impresso reunindo marcos normativos constitucionais, dados históricos e reflexões filosóficas sobre a importância do trabalho decente e seguro. Os resultados demonstraram elevado engajamento dos adolescentes, que participaram ativamente das discussões, levantaram questionamentos profundos sobre a Proposta de Emenda a Constituição da escala 6x1 e demonstraram ampliação de seu senso crítico cidadão. Para a equipe de extensionistas, a vivência representou uma oportunidade ímpar de aprendizado prático e sensível, desafiando os acadêmicos a realizarem a transposição didática da linguagem jurídica tradicional para uma comunicação fluida, acessível e empática. Essa rica troca de saberes permitiu conectar os conceitos teóricos do Direito com a realidade social dos estudantes prestes a ingressar no mercado de trabalho. Conclui-se que a extensão cumpre função indispensável na democratização do conhecimento e no fortalecimento da cidadania ativa, promovendo a universidade como agente de transformação social e garantidora da dignidade humana.

Palavras-chave: Direitos Trabalhistas. Jornada de Trabalho. Escala 6x1. Direitos Humanos. Dignidade Humana.

Agradecimentos: Expressamos nossa gratidão à Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro, em especial à sua gestão, professores e aos alunos, por abrirem as portas da instituição, acolherem com tanto carinho nossa ação extensionista e permitirem a realização deste projeto. Agradecemos também ao nosso professor orientador, Dr. Fernando Menezes Lima, pelo incentivo, suporte, sábias orientações e confiança demonstrada em cada etapa do nosso trabalho**.**